

Inovar para educar

João Ribeiro Junior

No segundo semestre de 2014, foi publicado o "Índice Global de Inovação", uma iniciativa da Universidade de Cornell (EUA), do INSEAD, escola de administração francesa, e da World Intellectual Property Organization (WIPO), agência especializada da Organização das Nações Unidas (ONU). Esse relatório, sob o tema "Fator Humano em Inovação", explora o papel dos indivíduos e dos grupos por detrás do processo de inovação. Esse, por sua vez, é destacado como importante propulsor do desenvolvimento econômico, da equidade social e do bem-estar. O documento busca romper com uma análise unidimensional da inovação, adotando uma visão multifacetada desse conceito, aplicável tanto a economias desenvolvidas quanto as emergentes, como a do Brasil.

No "ranking" de inovação, estabelecido entre 143 países, o Brasil está em 61º lugar, melhorando três posições com relação ao ano de 2013, quando estava em 64º de um total de 142 países. Numa escala de 0 a 100 pontos, o Brasil obteve pontuação de 36,3, igual à do ano anterior. No indicador denominado

educação superior, o Brasil encontra-se em 120º e na proporção de graduados em ciência e em engenharia está em 96º.

O importante, portanto, para a inovação é a criatividade, pensamento crítico, abertura para assumir riscos, um processo cultural individual e um fenômeno social. Mascarando, assim, a importância social da educação por trás de seu sentido cultural, a pedagogia ainda desempenha um papel ideológico.

Por meio da educação deve-se proporcionar ambientes que favoreçam o desenvolvimento dos fatores humanos por trás da inovação. No relatório, Richard Scott e Stéphan Vicente-Lacrin, do Diretório de Educação e Competências da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), identificam a educação e o desenvolvimento de competências como elemento basilares para se promover a inovação. Não basta a aquisição de excelentes conhecimentos, mas sua aplicação numa série de contextos e o desenvolvimento de competências mais complexas e o desenvolvimento de competências mais complexas de serem medidas como, por

Criatividade, pensamento crítico, abertura para assumir riscos, pensamento empreendedor são tão mais importantes do que os conhecimentos técnicos

exemplo, a criatividade.

Políticas públicas voltadas ao desenvolvimento da inovação, não devem se ater apenas às disciplinas de Ciência, Tecnologia, Engenharia e Matemática. Uma visão mais abrangente desse conceito reconhece a contribuição de um amplo conjunto de disciplinas e competências como, por exemplo, os diferentes tipos de Artes, para fomentar a inovação. Aspecto importante a ser destacado é que performance em exames (como o ENEM) ou testes padronizados não necessariamente estão associados às competências que são importantes para a inovação. O relatório cita o exemplo do Brasil, Chile e Esta-

dos Unidos, em que as escolas com as melhores notas de seus países em Ciências no Programa Internacional de Avaliação do Aluno da OCDE, apresentam baixo nível de interesse dos alunos por essa área. Segundo o relatório, esse aspecto sugere que o modelo de ensino desses países pode estar desenvolvendo o conhecimento acadêmico da área, mas não está despertando o interesse ou a curiosidade dos alunos. Comprometimento e motivação são elementos chaves para o desenvolvimento de competências necessárias a inovação.

O relatório destaca, ainda, que a forma como o professor ensina é tão importante quanto o que ele ensina. Portanto, como diz Esther Carvalho, ligada a Universidade de Harvard (EUA), Diretora Geral do Colégio Rio Branco (SP) (um dos melhores do Brasil): "Inovar para educar e educar para inovar representam partes de um ciclo virtuoso que pode mudar, positivamente, a vida de pessoas, de comunidades, de sociedades, do Mundo." Já basta de mistificação ideológica pedagógica!

João Ribeiro Junior, advogado, professor universitário, doutor em Educação, mestre em Filosofia